

## TCE-PE divulga painel sobre atendimento de municípios a mulheres vítimas de violência

A estrutura de proteção a mulheres em situação de risco ainda é inexistente ou insuficiente nos 184 municípios pernambucanos e no distrito de Fernando de Noronha. A informação consta de estudo realizado pelo Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) sobre as Políticas Municipais de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Os dados foram fornecidos pelas prefeituras em 2025, por meio de formulário eletrônico.

Entre os principais problemas identificados estão a ausência de protocolos de atendimento e encaminhamento das vítimas, e a falta de articulação entre os órgãos responsáveis pela prevenção e enfrentamento da violência de gênero. As informações foram organizadas em três eixos: governança e articulação, planejamento e orçamento, e ações e rede de atendimento. O objetivo é mapear a estrutura e o funcionamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher nos municípios.



De acordo com o estudo, 98% dos municípios não têm planejamento de políticas voltadas à mulher, enquanto 85% não possuem orçamento específico para o combate ao

feminicídio no Plano Plurianual. "O próximo passo será o desenvolvimento de um índice para classificar os municípios com base na estrutura oferecida, que será publicado em uma versão futura do estudo", destacou Tassylla Lins, gerente de Fiscalização da Cultura e Cidadania do TCE-PE, área responsável pelo trabalho.

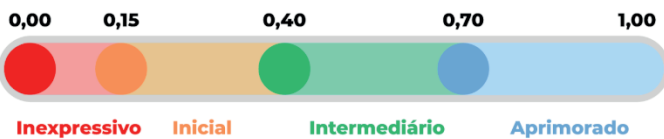
Para a diretora de Controle Externo do Tribunal, Adriana Arantes, a violência contra a mulher não é apenas um problema de segurança pública: "É necessária uma abordagem intersetorial. Temos buscado atuar em todas as áreas que sustentam os direitos das mulheres, como a assistência social, o funcionamento da rede de proteção, e a garantia da autonomia financeira da mulher. Como desafio, vamos iniciar o planejamento de uma ação direcionada para a saúde das mulheres vítimas de violência".

"Os dados desse levantamento acendem um alerta importante. Eles mostram que ainda há lacunas significativas na estrutura de proteção às mulheres em Pernambuco, especialmente no âmbito municipal", afirmou o presidente Carlos Neves. "Ao mesmo tempo, esse trabalho não tem apenas caráter diagnóstico. Ele é, sobretudo, um instrumento de indução de políticas públicas. O Tribunal de Contas quer contribuir para que os gestores compreendam a dimensão do problema e avancem na construção de respostas mais estruturadas, com planejamento, orçamento e integração entre os órgãos", disse ele.

## Gestão e governança de TI em foco

Outro levantamento realizado pelo TCE-PE mediu a capacidade de governança e de gestão de Tecnologia da Informação (TI) dos órgãos e entidades estaduais e municipais. O Índice de Governança e de Gestão de Tecnologia da Informação em Pernambuco (iGovTI-TCE-PE) avalia o nível de preparo das instituições públicas para direcionar estrategicamente e administrar seus recursos tecnológicos.

### Níveis de Maturidade



Aplicado em setembro de 2025, o índice apresentou pontuação média geral de 0,275, enquadrando-se na faixa Inicial. Isso significa que, em média, as organizações começam a reconhecer a importância

da governança e gestão de TI e adotam práticas básicas, ainda com baixa integração e formalização dos processos. Em comparação com a edição anterior, realizada em 2023, houve um crescimento de 41%, indicando avanço na maturidade em governança e gestão de TI.

Siga o TCE nas redes sociais

